

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Proposta de Orçamento de 2020 será modificada	2
Título: Brumadinho vive entre a dor do luto e a satisfação do consumo	3
Título: Vale dá consultoria a famílias atingidas.....	7
Título: Destaques	8
Título: Nucor não tem contrato assinado com o grupo Una	9
Título: Shell busca propósito além do petróleo	10
Título: Curta.....	14
Título: Atvos pede que assembleia de credores seja no fim de outubro.....	15
Título: Petros restabelece cobrança integral de aporte extra	16
Título: Infraestrutura de energia elétrica é preocupação central.....	17
Título: Tributação sobre carbono e a PEC 45	19
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	21
Título: Em GO, R\$ 1,3 bi em projetos de etanol estão ameaçados.....	21

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 30/09/2019****Seção: Brasil****Autor: Ribamar Oliveira — De Brasília****Título: Proposta de Orçamento de 2020 será modificada**

O governo vai encaminhar ao Congresso uma mensagem modificativa da proposta orçamentária de 2020, confirmou fonte credenciada do governo. O objetivo é alterar a projeção para o gasto com pessoal e encargos sociais da União, incluir o efeito das medidas de redução das despesas obrigatórias que serão submetidas à aprovação dos parlamentares, incluir a receita de parte dos recursos do megaleilão do excedente de petróleo da cessão onerosa e a nova divisão do bolo tributário com Estados e municípios, dentro da proposta do novo pacto federativo.

O envio da mensagem modificativa já foi acertado com os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e com o relator da proposta orçamentária, deputado Domingos Neto (PSD-CE). A questão em aberto é o momento em que a mensagem será encaminhada, pois ela dependerá do leilão da cessão onerosa e da aprovação das medidas de redução das despesas obrigatórias por deputados e senadores e da proposta do novo pacto federativo.

A proposta orçamentária do próximo ano foi enviada ao Congresso, no fim de agosto, com um valor para a despesa com pessoal e encargos sociais da União superestimada. Ela foi elaborada a partir de uma estimativa para o gasto deste ano, antes da revisão feita no relatório de avaliação de receitas e despesas relativo ao quarto bimestre, divulgado no dia 20 passado. No relatório, o governo reduziu a sua projeção de despesa com pessoal neste ano em R\$ 5,8 bilhões, o que será repassado para o Orçamento de 2020.

A expectativa do governo é a de que os quatro campos de petróleo do leilão da cessão onerosa serão alvo de acirrada disputa entre os consórcios formados pelas grandes companhias do setor, entre elas a Petrobras. Além de pagar o bônus de assinatura, que totaliza R\$ 106,5 bilhões, serão considerados vencedores os consórcios de empresas que oferecerem o maior percentual do óleo à União.

Cada campo tem um valor de bônus de assinatura e um percentual mínimo de óleo a ser oferecido à União. O edital do leilão estabelece que, se o consórcio pagar um ágio superior a 5% do lucro-óleo da União, terá o direito de parcelar o bônus de assinatura. As indicações que estão chegando aos principais gabinetes

da Esplanada dos Ministérios em Brasília são de que o ágio de 5% será ultrapassado em todos os campos.

Se isso efetivamente ocorrer, os consórcios de empresas pagarão R\$ 70,7 bilhões ao Tesouro Nacional neste ano e outros R\$ 35,8 bilhões em 2020, segundo dados do edital. O valor líquido que ficará com a União, depois do pagamento à Petrobras, ainda será definido, pois tudo dependerá da lei a ser aprovada definindo a divisão do bolo com Estados e municípios. O valor líquido é que será incorporado às receitas orçamentárias no próximo ano, ajudando a melhorar o resultado primário.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, está negociando com Alcolumbre e Rodrigo Maia, com participação do relator da proposta orçamentária de 2020, medidas que poderão ser aprovadas para reduzir as despesas obrigatórias e abrir espaço no teto de gasto para ampliar substancialmente os investimentos da União e as aplicações em áreas consideradas prioritárias.

Uma das medidas discutidas é o fim da multa adicional de 10% do FGTS, que apenas ingressa no Tesouro como receita e, em seguida, é transferida, como despesa submetida ao teto de gastos, para o fundo de garantia. O fim da multa abre espaço no teto de gastos. Outra medida, que está incluída no novo pacto federativo, prevê uma elevação em um ponto percentual dos recursos do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industriais (IPI) para o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e em 0,5% para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Uma terceira medida altera parte dos atuais fundos setoriais, revertendo os recursos para serem aplicados pelos Estados. Tudo isso precisará ser quantificado e acordado, pois exige contrapartidas de Estados e municípios. Poderá haver mudanças também no salário-educação e no Fundeb.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/09/2019

Seção: Especial

Autor: Marcos de Moura e Souza — De Brumadinho (MG)

Título: Brumadinho vive entre a dor do luto e a satisfação do consumo

Pouco mais de oito meses após a tragédia provocada pela mineradora Vale na cidade mineira de Brumadinho, moradores vivem uma confusa dualidade, entre a tristeza e a satisfação do consumo fácil. Muitos dos que perderam pais, mães, filhos e irmãos no rompimento da barragem da empresa continuam sofrendo com angústia e revolta. Parte deles nem sequer conseguiu enterrar os parentes.

Até a semana passada, 249 corpos haviam sido encontrados; 21 continuavam desaparecidos sob a lama.

Mas, para uma parcela grande de brumadinhenses, os sentimentos são de alegria e, principalmente, alívio financeiro. Sentimentos proporcionados pela própria Vale, que depois do desastre passou a distribuir dinheiro a todos os moradores - tenham eles ou não perdido familiares - a título de ajuda emergencial.

Um salário mínimo (R\$ 998) por mês para todos os adultos. Do mendigo ao empresário, do lixeiro à diretora de escola, todos têm direito. Adolescentes recebem meio salário mínimo, e crianças, um quarto. Os pagamentos foram definidos em um termo de acordo preliminar (TAP) assinado com o Ministério Público, com a Defensoria Pública e com a Advocacia-Geral da União e de Minas Gerais.

Todo dia 25, parentes das vítimas do rompimento da barragem da Vale na cidade se reúnem para homenagear os mortos e os desaparecidos — Foto: Maria Tereza Correia/Valor

O resultado dessa nova renda está por todos os lados. Lojas de celulares, de roupas, de sapatos, de móveis, de utensílios domésticos, salões de beleza, supermercados multiplicaram suas vendas. Moradores contam que há muito mais carros circulando e que até cirurgias de implante de silicone viraram um hit, pagas com dinheiro da mineradora. Brumadinho se viu, de repente, mergulhada em uma inédita febre de consumo.

“Comprei um iPhone XR de R\$ 3.500. Comprei roupa, sapato e estou usando esse dinheiro também para sair à noite. Todas as minhas amigas estão fazendo isso”, disse na semana passada Carolaine Brandão, de 20 anos, vendedora de uma loja de roupas, a StudioM, que fica em uma das principais ruas de comércio de Brumadinho.

O novo dinheiro que circula na cidade não vai só para os supérfluos. “Comprei uma cama”, disse à reportagem Cleonice Silva dos Santos, de 38 anos, desempregada. “Eu estava com quatro meses de aluguel atrasado. Essa tragédia não era para ter acontecido, mas o dinheiro está ajudando muito.”

Sem emprego até pouco tempo atrás, Adriana Domingos, de 42 anos, diz que a vida está voltando aos trilhos, com o novo emprego e com a distribuição de dinheiro pela Vale. Na semana passada, comprou um fogão novo para sua casa.

Para o comércio, a injeção de renda extra nas famílias fez de Brumadinho uma ilha das compras. “Pessoas que não tinham nenhuma condição financeira antes passaram a comprar muito. Vi uma senhora com seis carrinhos no

supermercado dizendo que estava realizando um sonho”, diz Hudson Rodrigues, de 29 anos, vendedor da rede de móveis e eletrodomésticos, EletroZema.

“Aqui na loja, teve gente que comprou três geladeiras de uma vez, para a família inteira”, lembra ele. “A gente recebia antes uma carreta por semana com produtos; às vezes duas. No pico das vendas, começaram a vir três carretas por semana”, acrescenta outra vendedora da EletroZema, Lucely das Dores, de 47 anos.

Os números da loja são uma amostra do que a Vale fez com o comércio local. Antes do desastre, o faturamento da unidade da EletroZema da cidade era de cerca de R\$ 250 mil, mas, nos primeiros meses que o dinheiro da Vale aflorou nas contas correntes dos moradores, o faturamento mensal saltou para R\$ 1 milhão, segundo funcionários. Hoje caiu, mas ainda está mais alto do que antes: cerca de R\$ 450 mil. A rede EletroZema pertence à família do governador de Minas Gerais, Romeu Zema, do partido Novo. A empresa tem forte presença no interior do Estado e uma clientela formada por consumidores de baixa renda.

Com mais dinheiro circulando em Brumadinho, a receita com impostos da prefeitura, claro, aumentou. Segundo dados exibidos no site do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), do Tesouro Nacional, de janeiro a junho deste ano - dado mais atualizado disponível -, a receita de Brumadinho estava em R\$ 153,8 milhões. Em 2018, a receita acumulada no mesmo período foi de R\$ 52,5 milhões. O salto se deve também à chegada de várias empresas contratadas pela Vale para obras de reconstrução na região.

O que também aumentou foi o tamanho da população. Dados compilados pela prefeitura, com base em registros nos postos de saúde, mostram que em dezembro havia 39,5 mil moradores, e, em junho deste ano, 43,5 mil.

Segundo a prefeitura, muitas pessoas viram uma oportunidade de começar a receber o dinheiro distribuído pela Vale mudando-se para Brumadinho. Para cumprir a burocracia da ajuda emergencial, vários deles buscaram atestados de que eram pacientes da rede municipal de saúde. Outros matricularam seus filhos nas escolas públicas e alugaram casas. Pronto-socorros e escolas tiveram de lidar com subida repentino da demanda. Aluguéis subiram de preço.

O dinheiro pago pela Vale na cidade provocou ainda um outro efeito curioso: o abandono do trabalho. Diretores da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) e funcionários da prefeitura dizem que vários moradores que tinham empregos de baixos salários optaram por viver apenas da ajuda da Vale. Pedreiros, diaristas, pessoal de cozinha, caseiros, jardineiros sumiram da praça. E os que

continuam passaram a cobrar mais pelos serviços. “Essa situação criou uma ilusão de conforto em Brumadinho”, diz Antônio Vieira, diretor da CDL.

Mas a bonança tem prazo para acabar. Pelo acordo firmado, a Vale deposita em dezembro a última parcela dos pagamentos aos moradores. Na cidade, no entanto, há muitas especulações - não confirmadas pela Vale - de que em 2020 a empresa pagará mais R\$ 35 mil aos moradores ou que estenderá por mais três anos as parcelas mensais do salário mínimo.

Segundo Christiane Nogueira, secretária municipal de Desenvolvimento Social, essas especulações estão contribuindo para que uma nova leva de pessoas esteja se instalando na cidade.

Tudo isso tem uma origem trágica. A distribuição de dinheiro, a onda consumista, os novos moradores, as vendas, tudo está ligado às mortes de 270 pessoas.

E essa mistura da dor do luto com o dinheiro tem provocado um estado de confusão psicológica e emocional na cidade, diz a secretária municipal de Desenvolvimento Social.

“Temos de lidar com aqueles que estão felizes, porque estão conseguindo alcançar objetivos com esse dinheiro da tragédia, e com aqueles que estão tristes e que ficam mais tristes ainda quando os outros se mostram felizes nessa situação”, diz ela.

“De um hora para outra quem não perdeu parentes fica falando com os outros ‘caiu, caiu, caiu’, se referindo ao dinheiro que cai na conta todo mês”, lamenta a professora Natália de Oliveira, de 47 anos, cuja irmã Lecilda, está entre as 21 vítimas ainda não localizadas. “E esse é um dinheiro de sangue que as pessoas vulgarizam e comemoram com ele.”

Assim como Natália, o caminhoneiro Geraldo Resende, de 61 anos, vê como uma ofensa, como uma desonra, o entusiasmo que o dinheiro distribuído pela Vale provoca na cidade. “As pessoas ficam rindo da nossa cara, fazem festa, churrasco em cima da nossa dor, uma dor que não acaba.”

Resende e a mulher, Ambrosina, perderam a filha Juliana, de 33 anos, sob a lama da Vale. O corpo ainda não foi encontrado. O marido dela, Dênis, também morreu. Ficaram os filhos, dois meninos gêmeos ainda de colo, hoje criados por Resende e Ambrosina.

Parentes diretos de mortos e desaparecidos na barragem da Mina do Córrego do Feijão têm direito a indenizações que chegam, a cada um, a R\$ 700 mil. Nem

todas as famílias receberam e os efeitos desse novo montante são menos visíveis por enquanto na economia de Brumadinho.

A cidade que tinha até a tragédia sua economia e seus empregos baseados na mineração - sobretudo Vale -, no comércio e na prefeitura não sabe qual será seu novo rumo. A Vale parou de operar e recolherá os royalties mensais de R\$ 3,3 milhões só até 2020. Já o consumo que animou o comércio nos últimos meses tende a sumir em janeiro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/09/2019

Seção: Especial

Autor: Francisco Góes — Do Rio

Título: Vale dá consultoria a famílias atingidas

Executivo da mineradora diz que apoio financeiro pode trazer efeitos colaterais se não houver planejamento financeiro

O apoio financeiro da Vale aos moradores de Brumadinho e região se dá de diversas formas. Uma delas consistiu em doações, feitas logo nas primeiras semanas depois da tragédia. Quem perdeu um familiar recebeu R\$ 100 mil, quem teve a casa afetada embolsou R\$ 50 mil, e quem viu sua atividade econômica prejudicada teve direito a R\$ 15 mil. Outra ação, ainda em andamento, prevê a ajuda emergencial para mais de cem mil pessoas, válida por 12 meses a contar de janeiro. Há ainda o pagamento de indenizações individuais ou por grupo familiar relacionadas a danos morais, materiais ou por lucro cessante. Essas indenizações podem envolver cifras milionárias.

O boom de consumo registrado em Brumadinho se vincula, sobretudo, à segunda parte dessa ajuda, segundo a Vale. Em março, a mineradora fechou com autoridades Termo de Acordo Preliminar (TAP) que inclui 106 mil beneficiários ao longo da bacia do rio Paraopeba, que envolve Brumadinho e outros municípios da região. O acordo prevê pagamento de um salário mínimo por adulto, meio salário mínimo por adolescente e um quarto de salário mínimo por criança. O valor médio por família é de R\$ 2 mil a R\$ 2,5 mil. O montante será pago até dezembro e não envolve pessoas que foram diretamente afetadas pela tragédia.

É nesse grupo beneficiado pelo TAP que as equipes da Vale que participam dos trabalhos de reparação em Brumadinho observam o maior contingente de

peessoas que passaram a gastar mais, a fazer crediário e, inclusive, deixar de trabalhar. “Esperamos que a situação volte à normalidade com o fim do pagamento emergencial [em dezembro], o que deve levar a uma contração [do consumo]”, disse Marcelo Klein, diretor de reparação e desenvolvimento da Vale.

Klein disse que a ajuda financeira e as indenizações são uma forma de a empresa reparar os danos causados, devolvendo às pessoas bens materiais que permitam retomar a vida depois do desastre. Mas, segundo ele, esse apoio pode ter efeitos colaterais se não houver um planejamento financeiro, sobretudo no caso das indenizações de grandes somas que estão sendo pagas a centenas de famílias.

Em abril, a Vale fechou termo de compromisso com a Defensoria Pública de Minas Gerais para fazer o pagamento de indenizações extrajudiciais. Foram firmados até agora 514 acordos individuais ou por grupo familiar que totalizam mais de mil pessoas. Dentro do acordo, foi criado o Programa de Assistência Integral aos Atingidos, formado por várias frentes (compra de moradia, retomada das atividades comercial e agropecuária e educação financeira).

A educação financeira é considerada o destaque do programa pela Vale pois busca conscientizar as famílias que estão recebendo grandes somas da importância de se planejar o uso do dinheiro. A adesão das famílias ao programa é voluntária. “A questão é como o dinheiro pode ser algo que dá alento e alívio e pode servir como ponte para a retomada da vida das pessoas”, disse Klein. Ele define a consultoria dada pela Vale como um “aconselhamento financeiro”. Uma vez que o acordo é homologado pelo juiz, a Vale paga o valor de forma integral e, se a família concordar, a empresa presta a consultoria financeira, que pode se estender por dois anos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/09/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Incêncio na Revap

Um incêndio atingiu na tarde de ontem a Refinaria Henrique Lage (Revap), da Petrobras, em São José dos Campos (SP). A estatal informou que não houve vítimas. Segundo a companhia, o incêndio foi identificado às 15h15, em diques

de tanques que armazenam produtos utilizados na preparação de asfalto e óleo combustível. A empresa informou, ainda, que as brigadas da Revap controlaram as chamas. A Rede Integrada de Emergência do Vale do Paraíba também foi acionada para dar apoio ao combate. As causas da ocorrência serão analisadas, de acordo com a Petrobras.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/09/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Nucor não tem contrato assinado com o grupo Una

Siderúrgica americana nega ter contrato fechado com mineradora de Minas Gerais

Em reportagem publicada pelo **Valor** na edição do dia 19 deste mês, o presidente do grupo mineiro Una, Felipe Rocha, informou que tinha fechado contrato de venda de ferro-gusa com a siderúrgica americana Nucor, para venda de 36 mil toneladas por ano, num primeiro momento. Segundo Rocha, o volume cresceria a 60 mil toneladas anuais com a aquisição futura pela Una de mais três ou quatro altos-fornos.

Porém, no dia 25, a Nucor enviou ao **Valor** uma carta informando que não há contrato firmado com o grupo Una e que se tratava de uma informação fraudulenta da parte do grupo Una.

“Posso dizer que isso é completamente falso e é potencialmente prejudicial aos nossos negócios no Brasil e em outros lugares. Além disso, é possível que isso tenha sido retransmitido para o seu diário [jornal] com o objetivo de promulgar uma fraude”, afirmou, por email, Frank Nass, representante da Nucor para compras de ferro-gusa no Brasil.

Segundo Nass, a companhia americana foi contactada “por muitos [clientes] da indústria questionando as informações da reportagem de que celebramos um contrato de longo prazo para comprar ferro-gusa do grupo Una.” Nass pede na carta que o jornal reporte a informação de que não houve contrato do grupo com a Una, conforme declarado por Rocha na reportagem.

O **Valor** entrou em contato novamente com Rocha na noite de quarta-feira, dia 25, e relatou a contestação da Nucor. O empresário, em um primeiro momento, disse que tinha “se expressado mal, que o contrato estava apalavrado e não firmado.” A reportagem então pediu que enviasse por e-mail esse

esclarecimento, visto que a informação estava criando confusões aos leitores e fornecedores da Nucor. Rocha disse, então, que encaminharia ao jornal, o esclarecimento em um e-mail à repórter autora da reportagem.

No dia seguinte, quinta-feira, após nova ligação da reportagem, por volta das 9 horas, que Rocha não atendeu, e mensagens pelo aplicativo Whatsapp, o presidente do grupo Una passou a negar as informações que concedeu e que geraram o artigo publicado no dia 19.

Em áudio deixado na mensagem de celular pelo aplicativo Whatsapp, o empresário afirmou: “Oi, Ana, estou numa correria danada aqui, mas verdadeiramente eu não te falei isso daí e não foi nem isso. Teve muita coisa que você trouxe a tempo presente que eu coloquei como projeto a futuro e você colocou a presente. Eu te pedi para me passar um briefing do texto, você não falou nada pra mim. Eu não falei que tinha contrato assinado com a Nucor. Então, você resolve isso aí, de retificar fazendo uma errata colocando isso. Ou não vai ser só o processo com a Nucor não, vão ser dois. Tá bem? (Sic) Obrigado, tchau.”

O teor da reportagem, com informações passadas por Rocha, não foi contestado por ele até a manhã de quinta-feira, transcorridos oito dias da publicação. No contato de quarta-feira à noite o empresário também não negou as informações, e admitiu que tinha um acordo “apalavrado” com a Nucor.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/09/2019

Seção: Empresas

Autor: Anjli Raval — Financial Times

Título: Shell busca propósito além do petróleo

Em maio de 2017, Ben van Beurden, executivo-chefe da Royal Dutch Shell, reuniu alguns altos executivos em uma antiga fazenda remodelada em Wassenaar, subúrbio da cidade holandesa de Haia. Os três anos anteriores haviam proporcionado assuntos de sobra para discutir. Os preços do petróleo haviam mergulhado; a Shell havia embarcado na complexa aquisição de US\$ 53 bilhões do BG Group; e os escritórios da empresa haviam sido alvo de operação de busca e apreensão relacionada a um polêmico contrato na Nigéria.

A agenda do encontro, no entanto, foi mais além do passado recente ou do futuro próximo da empresa, uma das maiores no mundo na área de petróleo e

gás. Os executivos foram encarregados de definir qual deveria ser o futuro da empresa várias décadas depois.

Lucros das operações de petróleo são necessários para custear os aportes em energias de baixa emissão de carbono

O alto comando da Shell ficou às voltas com um dilema que desde então atormentou todas as grandes empresas de petróleo e gás. Como uma empresa que gera a maior parte de seu lucro atendendo à ainda forte demanda mundial por petróleo e gás deve navegar rumo ao futuro enquanto a maré política volta-se cada vez mais contra os combustíveis fósseis.

“[Nós] dissemos vamos realmente começar a pensar agora o futuro de longo prazo, mas com mais determinação”, disse o veterano da Shell, sobre a reunião. “O que queremos ser? Pelo que queremos ser conhecidos?”

O enigma diante da Shell - empresa que mais paga dividendos no mundo - persiste agora, em um momento no qual a visão ortodoxa de que as empresas devem maximizar os lucros acima de tudo está sendo questionada. Na semana passada, o encontro sobre o clima em Nova York serviu de lembrete de que o desafio de enfrentar o aquecimento mundial tem sido forte catalisador para estimular o debate de que as empresas deveriam ter propósitos mais elevados.

Reunidos em Haia, os executivos da Shell discutiram o que o Acordo de Paris sobre o clima significava para a companhia, como administrar uma empresa como a deles diante das demandas para restringir a produção e se a empresa deveria assumir a responsabilidade pelas emissões dos clientes.

“Precisamos encontrar uma forma de preservar essa capacidade de pagar dividendos e ao mesmo tempo aumentar o valor da companhia e também transformar a constituição da companhia”, explicou o executivo holandês.

Na prática, isso fez com que a Shell fosse atrás de barris que pudessem ser produzidos com maior margem de lucro e menos intensivos em termos de carbono, que priorizasse as operações de gás (mais limpo que o petróleo, embora ainda um combustível fóssil) e que assumisse ambições de ser a maior do setor de energia em meio ao crescimento da demanda por eletricidade mais limpa.

A empresa também desenvolveu projetos de energia solar e eólica, encorajou a adoção de energia elétrica a base de hidrogênio e investiu em startups de baixas emissões de carbono - que atuam em áreas como as de veículos elétricos e

armazenamento de energia nas casas. Inspirada pela Mars, a Shell prometeu cortar pela metade a intensidade das emissões de seus produtos até 2050 e condicionar a remuneração dos executivos às metas de curto prazo.

Apesar das várias mudanças, as operações de petróleo e gás ainda vão continuar representando a maior parte dos investimentos em bens de capital e gerando a maioria de seu lucro por muitos anos.

A estratégia - assim como as concessões implicadas - não agradou a todos. “Ainda há um desequilíbrio bem significativo entre o investimento da Shell em novas energias e o [investimento] em operações tradicionais de petróleo e gás”, disse Adam Matthews, da Church of England Pensions Board, conselho que administra o fundo previdenciário da Igreja Anglicana e que pressionou a Shell a assumir metas de emissões e aumentar investimentos em tecnologias de baixa emissão de carbono.

Algumas das companhia rivais dizem que os sinais emitidos pela Shell simplesmente refletem a confusão dentro da empresa. “Eles querem ser produtores de petróleo e gás ou não?”, pergunta um executivo. O veredicto de ativistas ambientais é que as ações da empresa sobre as mudanças climáticas são cosméticas e não mudam muito a situação.

O analista Biraj Borkhataria, do RBC Capital Markets, no entanto, pensa diferente. “A Shell parece estar tomando decisões mais ousadas que seus rivais”, diz, acrescentando que o fracasso no experimento “Além do Petróleo”, da BP, nos anos 2000 é um dos motivos para a cautela dessa empresa. “Os comentários da Shell sobre querer estar no ‘lado certo da história’ foram os que chegaram mais perto de me convencer de que eles podem ser bem-sucedidos.”

Van Beurden, contudo, tem medo de calcular mal a rapidez das mudanças em andamento na indústria petrolífera. A demanda por petróleo continua sólida, particularmente em países emergentes da Ásia e África. “Como você faz escolhas que não se tornem sérios arrependimentos se o mundo avançar de uma forma diferente da que você prevê atualmente?”, diz.

Os que pressionam a Shell pelo abandono dos combustíveis fósseis poderiam dizer que os maiores arrependimentos seriam os riscos de ficar carregada de ativos deficitários, de deixar de preparar-se para novas fortes quedas nos preços do petróleo ou de ser acusada legalmente como responsável por danos físicos a propriedades e regiões costeiras à medida que temperaturas e níveis do mar subirem.

Ainda assim, para o chefe da Shell, o maior arrependimento seria que a empresa abandonasse prematuramente as operações de petróleo e gás. Isso, diz de forma taxativa, é algo com o que a Shell “não poderia viver”.

A opinião do executivo simboliza bem as escolhas que a empresa precisa fazer enquanto se vê diante de exigências frequentemente conflitantes de um número cada vez maior de acionistas. O petróleo ainda domina os transportes. A consultoria Wood Mackenzie prevê que em 2040 o carvão, o petróleo e o gás ainda vão representar 85% das fontes primárias de energia do mundo. Em vista disso, Van Beurden diz que há “legitimidade” em investir em petróleo e gás.

De qualquer forma, os lucros das operações de hidrocarbonetos da Shell também são necessários para custear os investimentos em energias de baixa emissão de carbono. Além disso, até que as operações mais “limpas” da Shell possam gerar retornos comparáveis aos dos negócios de petróleo e gás, investir dinheiro sem restrições é uma hipótese descartada.

“Podemos absorver pancadas de US\$ 1 bilhão ou US\$ 2 bilhões por fazer escolha de negócio equivocada, mas não podemos fazê-lo todo ano”, diz Van Beurden. Após fazer alarde em março sobre sua grande ofensiva nas áreas de gás e de energia de baixo carbono, em junho a Shell enfatizava em evento para divulgar sua estratégia oficial que não iria canalizar a qualquer custo dinheiro para seus negócios de eletricidade. Teriam que gerar margens de lucro de 8% a 12%.

Ainda assim, o chefe da Shell também admite que há limites para o que a empresa pode controlar. Por exemplo, mudanças na opinião pública e nas políticas quanto às ameaças climáticas vão ter peso sobre o comportamento da Shell diante dos acionistas.

“Coisas que fizemos há dez anos e todos achavam que eram inteiramente apropriadas, talvez, com os valores de hoje, levassem [as pessoas] a pensar ‘Como você pôde fazer isso?’”, diz Van Beurden, sobre o dilema diante das petrolíferas, particularmente as europeias.

É por isso que a Shell não está reforçando sua aposta na exploração e produção de petróleo, apesar da pressão de alguns executivos dentro do grupo para que o faça.

Também seria um erro achar que a base de acionistas do grupo é homogênea ou estática. Grupos religiosos, universidades e investidores com maior

consciência social podem, em algum momento, vender suas participações. A maioria dos gestores, porém, ainda tem os dividendos como prioridade.

Uma forma de garantir o lugar da Shell na hierarquia das empresas de energia é manter os dividendos aos acionistas. “Se você é capaz de devolver US\$ 25 bilhões aos donos da companhia a cada ano [...] você não vai desaparecer”, disse.

Van Beurden não é poupado de críticas nem na própria casa. Quando sua filha tinha nove ou dez anos, ela voltou da escola às lágrimas porque alguém lhe havia dito que as empresas de gás e petróleo estavam destruindo o mundo e apenas o Greenpeace podia salvar o planeta. “Então, por que você não dá [todo] seu dinheiro ao Greenpeace, papai?”, perguntou. Como ela era jovem demais para entrar em discussões sobre os impostos do carbono e a responsabilidade de todos os governos, consumidores e empresas poluidoras, o chefe da Shell respondeu: “Você precisa confiar em mim.”

Ganhar a confiança dos acionistas com opiniões conflitantes vai ser muito mais difícil. **(Tradução de Sabino Ahumada)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/09/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curta

Barragens da Vale no PA

A Justiça Federal do Pará, em Marabá, determinou que a Vale declare situação de emergência nas barragens Ponges de Rejeitos e Captação de Água, localizadas no município de Parauapebas, na região sudeste do Pará. As duas estruturas ficam na Floresta Nacional dos Carajás, onde houve intensa exploração de ouro até 2002. O entendimento da corte é que, em temporada de chuvas, as estruturas das barragens estariam comprometidas e poderiam oferecer risco de rompimento. Na ação do Ministério Público, que se baseou em laudos de peritos, o estado do reservatório da Ponges de Rejeitos possui similaridades com a barragem que se rompeu em Brumadinho no início deste ano. A Agência Nacional de Mineração (ANM) já havia classificado ambas entre as dez mais perigosas do país, justamente por conta da instabilidade diante de período chuvoso. De acordo com pareceres técnicos, o problema ocorre porque não há estruturas próprias para o escoamento de água. Em nota, a Vale contesta e afirma que ambas as barragens foram classificadas como baixo risco.

“As estruturas estão paralisadas desde 2002 e são classificadas como de baixo risco pela Agência Nacional de Mineração. Não há população a jusante das estruturas”, diz a empresa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/09/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Graziella Valenti — De São Paulo

Título: Atvos pede que assembleia de credores seja no fim de outubro

A expectativa é que a assembleia seja instalada e, logo em seguida, suspensa e adiada; companhia segue em negociação com seus credores

A Atvos, braço sucroalcooleiro do grupo Odebrecht, pediu ao juiz de sua recuperação judicial, João de Oliveira Rodrigues Filho, da 1ª Vara de Falências de São Paulo, que a assembleia geral de credores seja marcada para 24 de outubro, em primeira convocação, e para o dia 31, em segunda. A companhia levou à Justiça R\$ 11 bilhões em débitos com terceiros para serem reestruturados.

A despeito da convocação, o **Valor** apurou que a expectativa é que a assembleia seja instalada e, logo em seguida, suspensa e adiada. A companhia segue em negociação com seus credores. Além disso, é necessário que o plano de recuperação da empresa sucroalcooleira, a segunda maior do país no segmento, seja coerente com o plano da holding que controla o grupo, a Odebrecht S.A. (ODB). A Atvos pediu recuperação em 29 de maio.

A ODB, e mais 20 holdings e subholdings do grupo, pediram proteção aos credores poucos dias depois, em 17 de junho. O grupo precisa renegociar um total de R\$ 65,5 bilhões em dívidas, dentro e fora da recuperação judicial - que lista R\$ 98,5 bilhões em dívidas totais.

O plano levado pela Atvos à 1ª Vara de Falências solicita aos credores uma redução de 46% da dívida total. A ideia é que a dívida financeira seja reduzida de R\$ 10,5 bilhões para R\$ 5,7 bilhões. Quase 80% dos compromissos são com BNDES e Banco do Brasil. No documento apresentado, a companhia propõe que as dívidas com garantia real sejam cortadas em 35% e as sem garantia (quirografárias) sofram uma redução de 75%.

Ainda não houve alteração na estrutura apresentada. Mas a expectativa é que o modelo final tenha mudança, fruto da negociação com os bancos credores. A Caixa, credora da Atvos e da ODB, já pediu que o juiz extinga a recuperação judicial do grupo, alegando que foi feita uma consolidação substancial ilegal dos credores de diferentes companhias em um único processo.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 30/09/2019****Seção: Finanças****Autor:****Título: Petros restabelece cobrança integral de aporte extra**

Medida, tomada pelo presidente do STJ, suspende efeito de liminares que alteravam percentuais de contribuições extraordinárias de plano de equacionamento de déficit da fundação

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro João Otávio de Noronha, atendeu ao pedido da Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros) e estendeu a pelo menos 310 liminares os efeitos de sua decisão proferida em maio, em que restabeleceu a cobrança integral das parcelas extraordinárias do equacionamento dos participantes dos planos PPSP-R e PPSP-NR. O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) havia limitado a cobrança a 50%.

Com a decisão, a Petros restabelece a cobrança integral das contribuições extraordinárias de aposentados e pensionistas que estavam cobertos por liminares a partir da folha de outubro, a ser paga no próximo dia 25.

“Assim, ficam sem efeito todas as liminares que tenham suspenso ou alterado os percentuais das cobranças do Plano de Equacionamento do Déficit acumulado até 2015 (PED-2015)”, afirmou em nota a Petros.

Ainda segundo o comunicado, a data de restabelecimento da cobrança integral dos participantes ativos que estavam cobertos por liminares dependerá dos respectivos patrocinadores.

O ministro Noronha afirmou que o presidente do STJ “tem o poder de estender os efeitos da suspensão a liminares supervenientes, mediante simples aditamento ao pedido original” e deferiu o pedido para estender os efeitos da decisão a “todas as liminares com objeto idêntico”.

Na íntegra da decisão, o ministro menciona a argumentação da Petros de que as centenas de liminares que pedem redução ou suspensão das contribuições para o equacionamento dos planos PPSP-R e PPSP-NR fizeram com que os esses

deixassem “de arrecadar a importância de R\$ 2.131.347.279,00, o que representa mais da metade do valor previsto no plano de equacionamento” para o período de março de 2018 a julho de 2019.

Em maio, quando suspendeu a liminar do TJRJ autorizando a redução das contribuições extras em 50%, Noronha afirmou que, ao alterar o valor das contribuições extraordinárias para a Petros, que tem um dos maiores planos de previdência complementar do país, a Justiça “não apenas compromete a solvência e liquidez do próprio plano, dificultando a (re)constituição das reservas garantidoras dos respectivos benefícios, mas também, o que é mais grave, coloca em risco a segurança de todo o sistema de previdência complementar, cuja relevância é atestada pela própria Constituição Federal”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/09/2019

Seção: Suplementos

Autor:

Título: Infraestrutura de energia elétrica é preocupação central

Tema é tratado com reservas pelo governo

De todas as infraestruturas críticas, a elétrica é uma das que mais preocupam governos. Como falhas causadas por incidentes cibernéticos podem ter graves consequências, muitas empresas e órgãos do governo brasileiro tratam o assunto com reservas - ou nada declaram, como informou a assessoria de comunicação do Operador Nacional do Sistema (ONS).

Nos EUA, a importância da cibersegurança do setor elétrico deu origem a um projeto de lei que prevê, entre outras providências, a adoção de tecnologias menos automatizadas (incluindo ações manuais) para tornar os sistemas menos vulneráveis.

Não é o mais aconselhável, diz Paulo Antunes, gerente de aplicações digitais da Siemens. “Não se pode ignorar os avanços em tecnologia; há maneiras de contornar o risco, harmonizando produtividade e segurança. Basta olhar para as operações bancárias”, pondera. Ele acha que o modelo de negócio da Aneel para as elétricas favorece apenas o compromisso do investidor com a operação da rede no menor custo possível. “Como cibersegurança não é item mandatório, acaba ficando em segundo plano. A infraestrutura continua crescendo sem esse item como ponto relevante.” Antunes considera que hoje há risco cibernético no sistema elétrico, inclusive porque a infraestrutura já existe há muito tempo.

É a mesma percepção de Júlio Martins, vice-presidente de Energy da Schneider Electric Brasil. “O fato de termos um parque instalado obsoleto faz com que as novas contratações prevejam conectividade. Isso associado à tendência de analytics leva ao compartilhamento das informações entre os ambientes de tecnologia da informação e tecnologia de operação”, explica. O contato entre os dois ambientes permite exposição da estrutura aos ataques cibernéticos. Ele acha que ainda faltam políticas claras para cibersegurança das elétricas. “Ainda vemos contratações que não exigem cibersegurança nos equipamentos conectados, como também ainda encontramos instalações nas quais as senhas padrão do fabricante são mantidas nas instalações definitivas.”

Fernando Spencer, gerente de segurança da informação da Eletrobras, diz que as empresas do grupo têm planos de segurança da informação, com base em diagnósticos periódicos, acompanhados pelo comitê de auditoria e riscos estatutário, pela diretoria executiva e pelo conselho de administração. No caso de Furnas, o gerente de segurança e gestão da informação, Júlio Chagas, reconhece a existência de riscos cibernéticos para a operação. “Ataques cibernéticos, desastres naturais e outras ameaças podem causar indisponibilidade do sistema elétrico. Mas o ser humano também é um risco”, diz. “Temos investido cada vez mais em treinamentos e conscientização dos funcionários.”

A vulnerabilidade de sistemas de automação como o das elétricas é um problema mundial, detalha Júlio Oliveira, gerente de tecnologia da ABB. “Os riscos são as possíveis invasões de sistemas que permitam controle não-autorizado de plantas industriais ou subestações de energia”. Mas há soluções para isso, diz ele, e “de maneira geral, as empresas que operam no setor elétrico estão muito preocupadas com o tema. Há alguns anos, não havia uma discussão formalizada sobre o assunto, mas hoje pode-se perceber um salto no cenário nacional, pois as companhias estão em busca da criação da governança sobre cibersegurança”.

Na gaúcha CEEE Geração e Transmissão, o engenheiro Fernando Covatti, da área de automação, explica que há constante monitoramento dos riscos cibernéticos externos e internos. O trabalho é orientado por normas do NIST (o National Institute of Standards and Technology, do Departamento de Comércio dos Estados Unidos). Mesmo assim, diz, ainda faltam recursos humanos e de orçamento para alcançar um nível de proteção de excelência.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 30/09/2019****Seção: Legislação e Tributos****Autor:****Título: Tributação sobre carbono e a PEC 45**

O artigo 154, inciso III da proposta de reforma tributária (PEC 45) visa introduzir na Constituição a possibilidade de criação de impostos seletivos com o objetivo de onerar o consumo de bens geradores de externalidades negativas, tais como dióxido de carbono.

O texto da justificativa à introdução do artigo 154, III cita o exemplo da tributação do cigarro e de bebidas alcoólicas, cujo consumo se deseja desestimular. Dentre este rol poderia estar também elencado o tributo sobre carbono, já que o objetivo do imposto é justamente desestimular o consumo de produtos ricos em carbono.

Um imposto sobre o carbono é suficiente para criar incentivo para que os consumidores comprem o produto mais barato e menos poluente

De fato, todos os impostos sobre carbono já introduzidos por países ao redor do mundo são impostos seletivos que no exterior é conhecido como um “excise tax”. O imposto seletivo, conforme a nomenclatura agora proposta no Brasil, é um imposto incidente em um ato, atividade ou consumo, em que exista uma correlação entre o preço pago pelo consumidor e a valor corrente da commodity tributada. Em se tratando de um imposto sobre carbono, este tipicamente incide sobre carvão e demais derivados de petróleo, leia-se: diesel, gasolina ou gás natural.

O imposto pode, portanto, ser modulado para se adequar ao propósito pretendido pelo legislador. Um imposto seletivo pode ser aplicado de forma “ad valorem” ou específica.

Um imposto ad valorem incide na forma de uma alíquota sobre o preço final do produto comercializado. O imposto específico, por outro lado, é administrado na forma de um preço fixo denominado por litro, tonelada, quilograma ou kilowatt do produto tributado. O imposto específico faz possível o estabelecimento de uma correlação específica entre uma medida de volume ou peso, com o preço pretendido através do imposto; por isso o imposto sobre carbono tende a ser administrado em base específica.

A instituição de um imposto sobre carbono tem o potencial de permitir que os países, isoladamente ou em conjunto, criem e apliquem impostos equivalentes sobre produtos e substâncias poluentes.

A aplicação de um imposto sobre um item poluente (como diesel, gasolina ou gás natural) tem o efeito de aumentar o preço de compra do item. Se o imposto é proporcional ao potencial poluente do item, este tem o efeito de atribuir um preço mais elevado para a substância mais poluente e um preço mais baixo para o item menos poluente - desde que o preço final dos produtos tributados não sofra outras distorções de mercado.

A aplicação de um imposto sobre o carbono é, portanto, suficiente para criar um incentivo para que os consumidores comprem o produto mais barato, e coincidentemente, menos poluente. Com o tempo, o imposto pode, portanto, agir para mudar o comportamento e os hábitos do consumidor.

Do ponto de vista da administração tributária, a aplicação de um imposto sobre carbono pode ajudar a resolver a necessidade de aumentar a base impositiva tributária ao mesmo passo que possibilita a construção de uma imagem positiva, de uma administração tributária atenta com as questões climáticas.

Para desencadear a reação desejável, é importante que o imposto visado seja aplicado a um preço suficientemente alto para estimular o dispêndio com pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias.

As receitas acumuladas através da aplicação do imposto podem ser designadas para o desenvolvimento de novas tecnologias, usadas para fomentar pesquisa e desenvolvimento, ou podem ser revertidas para o orçamento geral para ser utilizada em outras áreas prioritárias do governo. Embora a última opção não leve ao resultado mais desejável em termos de estímulo a políticas ambientais globais, muitos países têm limitações constitucionais contra a vinculação de receitas e, portanto, o destino da receita não pode ser controlado pela via legislativa.

Além disso, um imposto sobre carbono é um imposto de fácil administração uma vez que se pode determinar a receita potencial derivada do imposto mesmo antes de fazer incidir o imposto.

A única informação necessária para que a administração tributária possa estimar o montante de receita derivada do imposto é o volume de petróleo derivado em uma transação. A correlação entre volume de petróleo e conteúdo de carbono é matemática.

Assim, se aplicado na fase upstream de extração de petróleo, ou na importação do mesmo, cumpre à administração tributária simplesmente eleger um substituto tributário para recolher o imposto incidente em toda a cadeia produtiva.

Vários dos nossos vizinhos latino americanos, dos quais constam alguns dos nossos principais parceiros econômicos no cone sul, já introduziram impostos sobre carbono. O sistema mais antigo em vigência na América Latina pertence à Costa Rica, que já em 1997 introduziu um imposto sobre o carbono. O México seguiu em 2012, Colômbia e Argentina em 2016 e o Chile em 2017.

O artigo 154, inciso III da PEC 45 alberga para o governo e a Receita Federal a possibilidade de criar um instrumento capaz de influenciar positivamente e simultaneamente as políticas fiscal e ambiental brasileiras.

Este instrumento pode vir a desempenhar um papel crucial na modernização da matriz energética brasileira, no desenvolvimento de novas tecnologias para geração de energia limpa, e na criação de empregos relacionados com o desenvolvimento dessas novas indústrias. Vários dos nossos vizinhos latino americanos já ingressaram na rota do mote “crescimento e desenvolvimento sustentável.” Será que vamos ficar para trás?

Tatiana Falcão é autora do livro “A Proposition for a Multilateral Carbon Tax Treaty,” IBFD (2019), fellow na European University Institute e consultora da ONU em assuntos tributários. Doutora pela Vienna University of Economics and Business, mestre pela Universidade de Cambridge (UK) e New York University (USA).

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 30/09/2019

Seção: Colunas

Autor: Clarice Couto e Gustavo Porto

Título: Em GO, R\$ 1,3 bi em projetos de etanol estão ameaçados

Coluna do broadcastagro

Segundo maior produtor de etanol do País, o Estado de Goiás tem ao menos R\$ 1,3 bilhão em futuros investimentos para produção do biocombustível que podem não sair do papel. O motivo é um projeto de lei que acaba com o crédito recebido pelas usinas, de 60% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), recolhido na venda de álcool anidro. André Rocha, presidente executivo dos Sindicatos da Indústria de Fabricação de Açúcar e de Etanol (Sifaeg/Sifaçúcar), diz à coluna que os planos estão ameaçados. “Temos quatro novos projetos de usinas de etanol a partir de milho que podem ser

prejudicados, além de muitos outros em estudo.” O executivo conta que, das 35 usinas de Goiás, 13 estão em recuperação judicial, situação que só pioraria com a proposta aprovada pela Assembleia Legislativa. O setor contribui com 30% do Produto Interno Bruto (PIB) industrial de Goiás, 7,2% do PIB total do Estado e 5% do recolhimento de impostos.

Menos. Autor do projeto de lei, o deputado estadual Humberto Aidar (MDB) avalia, na justificativa da proposta, que o papel do Estado “de incentivador desse segmento há muito se esgotou” e que “o setor alcooleiro passa atualmente por um momento muito favorável, conforme amplamente divulgado pela imprensa”.

» Reação. A Atvos, do grupo Odebrecht, que tem nove usinas e está em recuperação judicial, já ensaia uma retomada. Produziu 310 milhões de litros de etanol hidratado em agosto, recorde da empresa. Em cinco meses de safra, de abril a agosto, a Atvos ampliou em 31% a oferta do combustível utilizado nos veículos flex fuel, em relação a igual período de 2018.

MME / ASCOM .